

Relatório da Reunião de instalação da mesa específica e temporária do PCCTM – 25 de junho de 2024 16h

PARTICIPANTES: Sérgio Ronaldo da Silva (Secretário Geral Condsef), Mônica Machado Carneiro (Secretaria de Comunicação e Imprensa Condsef), Jaime De Bona (DOMC/Condsef), Roberto Salimeni (DOMC/Condsef), Solange Maria da Silva G. Cavalcante (DOMC/Condsef), Maria de Lourdes da Silva (DOMC/Condsef) e Elisabeth da Silva Santos (DOMC/Condsef), Marcolino Antunes de Oliveira (DOMC/Condsef), além dos representantes do governo (SRT, SGP e Ministério da Defesa).

A instalação da mesa foi reivindicada formalmente em 18 de julho de 2023. Durante a reunião, os representantes da Condsef e DOMC apresentaram todas as demandas dos servidores:

1. Reestruturação do PCCTM (Lei n. 9.657/1998; Lei n. 11.355/2006):
 - i) Enquadramento dos servidores que foram incluídos na CTM com mudança de denominação dos cargos atuais para *Técnico em Tecnologia Militar*, para os servidores de nível intermediário; e *Auxiliar Técnico em Tecnologia Militar*, para os servidores de Nível Auxiliar;
 - ii) Enquadramento dos servidores do PGPE (administrativos) dos órgãos industriais militares, na CTM;
 - iii) Extensão da GQ (Gratificação por Qualificação) para os servidores de nível auxiliar que já foram incluídos no PCCTM; e
 - iv) Destinação de recursos financeiros para a revitalização dos órgãos industriais militares da Marinha, Exército e Aeronáutica e realização de concurso público para lotação dos cargos da CTM nesses órgãos.
2. Proposta alternativa para os servidores do PGPE não lotados nas organizações industriais militares e hospitais: extensão da GQ (Gratificação de Qualificação) e RT (Retribuição por Titulação) aos servidores dos três níveis de escolaridade; ou criação de uma gratificação específica em um plano especial de cargos, atendendo assim à reivindicação de pleitos pretéritos da luta da categoria pelo reconhecimento e valorização dos profissionais que compõem o PGPE lotados no MD e seus Comandos Militares.

Após a exposição da bancada sindical, que reforçou os pontos acima e a necessidade de corrigir distorções e graves injustiças cometidas ao longo dos anos, a representante do MGI se comprometeu a fazer a análise das demandas. Para tanto, solicitou que a Condsef reencaminhasse uma síntese dos pontos principais por meio de protocolo eletrônico instruído no SEI.

Entre os encaminhamentos, restou acordado:

1. A Condsef/Fenadsef irá enviar uma síntese do pleito ao MGI e ao Ministério da Defesa, por meio de ofício encaminhado via protocolo eletrônico. Essa providência será realizada na quarta-feira, 26 de junho.
2. O MGI se comprometeu a, em um primeiro momento, apresentar uma proposta de reajuste remuneratório para o PCCTM na próxima reunião da mesa específica e temporária de negociação; e
3. O MGI informou que a expectativa da pasta é a de que os acordos sejam firmados até o final do mês de julho, para viabilizar a inclusão de reajuste remuneratório na LOA (prazo: até 31 de agosto). Contudo, afirmou que os debates mais complexos sobre a reestruturação de carreiras terão continuidade em um momento posterior, considerando que demandarão a necessidade de passar por uma série de análises técnicas no âmbito da DECAR, análise jurídica na Conjur, além de análise política e orçamentária no âmbito do Ministério da Fazenda e da Casa Civil.



Sérgio Ronaldo da Silva
Secretário Geral da Condsef/fenadsef